



Iniciativa Comunitária Equal

# Projecto

## “GENTE ACOLHEDORA”

BOLETIM INFORMATIVO Nº 7 | JANEIRO — FEVEREIRO 2007

### PARCEIROS

- **União de Sindicatos do Norte Alentejano**
- **Associação Gente - desenvolvimento de comunidades rurais**
- **Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco**
- **Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide**
- **Câmara Municipal de Nisa**
- **Câmara Municipal de Alter do Chão**

### NESTA EDIÇÃO:

Nova Lei da Nacionalidade	1 - 2
Legalização: Regularização da permanência de cidadãos estrangeiros	2 - 3
As novidades da Lei da Nacionalidade	4
Reunificação familiar: a pedra angular das admissões de imigrantes	4

## Encontro Transnacional em Guéret (França)

Realizou-se em Guéret (França), nos dias 25 e 26 de Janeiro de 2007, mais um encontro transnacional do Projecto “Meeting Point”, no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL.

Marcaram presenças representantes de todos os parceiros envolvidos no Projecto, designadamente “Gente Acolhedora” (Portugal), Profis (Espanha), NZTPD (Eslováquia), Kores e Creus´ac (de Paris e Guéret respectivamente - França). O encontro teve como objectivos a apresentação intermédia dos trabalhos dos parceiros transnacionais, a troca de informação e experiências e o intercâmbio de dirigen-

tes e técnicos. No primeiro dia de trabalhos foi projectado para os parceiros um excerto



do filme sobre as representações sociais que os imigrantes têm do seu processo de imigração e do seu estatuto enquanto imigrantes. Foi apresentado um resumo do glossário sobre a imigração. Decorreu também um seminário subordinado ao tema “A Luta Contra a Discriminação em França”, onde foram referidas as fases de todo o processo com principal incidência no período depois de 2004 com a criação da “Haute Autorité de

dos restantes parceiros. No segundo dia foram apresentados resumos da Carta de Acolhimento de La Creuse, de acções consideradas de boas práticas identificadas pelos parceiros e por último o esboço da página Web do projecto “Meeting Point”.

No final seguiu-se uma reflexão sobre os resultados já obtidos e sobre os resultados já obtidos e sobre as expectativas futuras. Tratou-se de um momento produtivo em termos de troca de experiências e abertura de novos horizontes no conhecimento e reflexão sobre as sociedades de acolhimento e integração de imigrantes.



Lutte Contre Las Discriminations: La Halde”. Realizou-se também uma breve comparação com a situação dos países originais

## Dificuldade em arranjar casa e insultos motivam denúncias

### de discriminação racial

Dificuldades em arranjar casa, insultos ou diferenciação salarial no trabalho, abusos de autoridade das forças de segurança e incorrecto atendimento nos serviços públicos são as situações do quotidiano que motivam mais queixas de discriminação racial em Portugal.

Criada em Maio de 2005, a Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial e Étnica atendeu, até Dezembro de 2006, apenas 24 casos directos de discriminação racial.

A maioria, segundo a sua responsável, Carla Amaral, está relacionada com imigrantes africanos e brasileiros em apuros para arranjar habitação alugada devido ao "sotaque" ou à cor da pele ou que se queixam de diferenças de tratamento, horários e remunerações no emprego por serem vistos como maus trabalhadores.

"Portugal não é um país racista", sublinha Carla Amaral, citando o último relatório da Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância, apresentado em Fevereiro.

"Mas há muito preconceito enraizado", ressalva.

Manuel Correia, fundador da Frente Anti-Racista, alerta, neste

contexto, para as formas "subtis" de discriminação racial, "que têm grande peso".

"São formas de discriminação disfarçadas para diminuir o outro mas nem sempre se pode provar que se está a discriminar", sustenta.

Nelas se enquadram, precisa, o "desencorajamento ao arrendamento" de casas aos africanos, o "incorrecto atendimento nos estabelecimentos públicos", a falta de promoção de carreiras, os baixos vencimentos e "as expressões injuriosas" das chefias no posto de trabalho e a "desproporcionalidade" do uso da força da polícia junto da comunidade negra.

Recentemente, reagindo ao relatório do Observatório Europeu do Racismo e Xenofobia sobre habitação, o presidente da Associação de Proprietários de Lisboa, Manuel Macedo, recusou qualquer rótulo de discriminação racial, salientando que a entidade gere dois mil prédios e arrenda casas a todas as comunidades.

Em Fevereiro, comentando o último estudo da Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância, que reprovava a



actuação das forças de segurança portuguesas e apelava à sua formação adicional, o presidente da Associação Sindical de Profissionais da PSP, Paulo Rodrigues, admitiu que alguns agentes tinham comportamentos inadequados com as minorias étnicas e imigrantes.

Mas o responsável garantiu que se tratava de "casos pontuais", que "não reflectem a generalidade dos polícias".

Rui Marques, presidente da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), reconhece, apesar das limitações financeiras e recursos humanos da entidade, que é preciso "dar mais formação aos agentes do Estado", incluindo polícias, magistrados, autarcas e funcionários públicos, para que "as vítimas possam ganhar confiança e

## Cont.

apresentar queixa".

O último relatório de actividades da CICDR, na dependência directa do Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, refere que, entre Setembro de 2005 e Dezembro de 2006, as grandes áreas de denúncias foram a laboral, forças de segurança e Estado, que representavam quase metade das 85 queixas apresentadas por particulares e associações.

Os dados disponibilizados à Agência Lusa pelo organismo, que tem competências na instrução de processos de contra-ordenação e aplicação de coimas, não permite perceber, com rigor, se houve ou não alguma evolução no número de queixas, uma vez que o relatório de

actividades de 2002/2005 apenas totaliza os processos de contra-ordenação abertos (45) entre 2000, ano da criação da CICDR, e 2004.

Mas de 2003 até Dezembro de 2004 pode constatar-se que a raça negra era o segundo motivo de discriminação (20,6%) e o trabalho (26,4%), a actualização das forças policiais (13,7%) e o atendimento nos serviços públicos (12,6%) os principais factos discriminatórios.

Um inquérito realizado pelo Observatório Europeu dos Fenómenos Racistas e Xenófobos, entre 2002 e 2005, a 1.619 imigrantes cabo-verdianos, guineenses, brasileiros e ucranianos residentes em Portugal revela que a maior taxa de discriminação incidia

na compra/aluguer de casa ou no recurso ao crédito bancário (42%) e no emprego (32%).

Por sua vez, a Inspeção-Geral do Trabalho invocou que os dados estavam classificados genericamente por "discriminação" (que pode tanto incluir a racial como a religiosa, étnica ou sexual).

Das estatísticas facultadas pelo Ministério da Justiça, verifica-se que os dados estão agrupados por crime - neste caso discriminação racial e religiosa - pelo que não foi possível aferir com exactidão a criminalidade associada exclusivamente à discriminação motivada por ódio/violência racial, punível com pena de prisão.

## Publicações

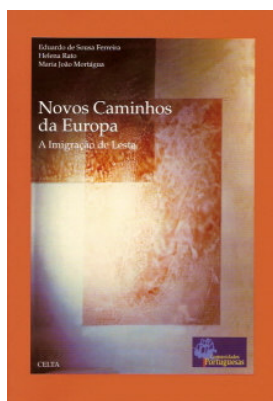


**Os Imigrantes e a População Portuguesa**  
**Imagens Recíprocas - Análise de duas sondagens**  
**Mário Lages (coordenação), Verónica Policarpo, José Carlos Marques, Paulo Lopes Matos e João Homem Cristo António**

Outubro de 2006  
 Observatório da Imigração, 21

Este estudo, baseia-se nos dados de dois relevantes inquéritos - a portugueses

e a imigrantes - sobre o que pensam uns dos outros e tem, por vários motivos, a maior importância.



Rato e Maria João Mortágua,

O livro **Novos Caminhos da Europa: A Imigração de Leste**, de Eduardo de Sousa Ferreira, Maria João Rato e Maria João Mortágua,

reúne os principais resultados no âmbito do projecto "A Nova Imigração de Leste na UE e em especial em Portugal", promovido pela Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas no quadro da iniciativa do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social. O presente estudo aborda algumas transformações no padrão migratório introduzidas pela imigração de Leste em Portugal, desenvolvendo uma análise macroeconómica dos novos fluxos migratórios de Leste no quadro da UE e uma caracterização das trajetórias e do perfil de imigrantes de Leste em Portugal, a partir dos resultados de um inquérito realizado em 2003 a 150 imigrantes.



## Relatório Eurostat: Portugal recebeu 31.200 imigrantes

A população residente em Portugal superou os 10,6 milhões de indivíduos em Janeiro deste ano evidenciando um crescimento garantido, sobretudo, pela entrada de 31.200 imigrantes, de acordo com projecções divulgadas pelo Eurostat.

De acordo com o relatório em causa, divulgado pelo Diário de Notícias no dia 9 de Abril, a população da União Europeia (UE-27) terá

alcançado os 494,7 milhões de habitantes, aumentando 1,822 milhões em relação aos valores contabilizados a 1 de Janeiro de 2006. Apesar disso, a taxa de crescimento de 0,37% é inferior à de anos anteriores.

Dos 1,82 milhões de novos habitantes contabilizados na União Europeia, 1,42 são imigrantes. De entre estes, 636 mil tiveram como destino Espanha (cerca de 45% do total contabilizado na

UE), seguindo-se França (160 500), Reino Unido (159 500 mil), Itália (157 mil), Irlanda (80 mil) e Suécia (58 mil).

Os dados do Eurostat demonstram ainda que, em 2006, se registaram 102,2 mil óbitos contra 110,4 mil nascimentos em Portugal. Deste modo, a taxa de crescimento da população (3,9 por cada mil habitantes) apenas poderá ser explicada pela imigração.

## Mais de 500 imigrantes passaram na prova de Língua Portuguesa

Quase 90 por cento dos 597 imigrantes que realizaram a primeira prova de Língua Portuguesa passaram no exame, um dos requisitos necessários para adquirirem a nacionalidade por naturalização, segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação.

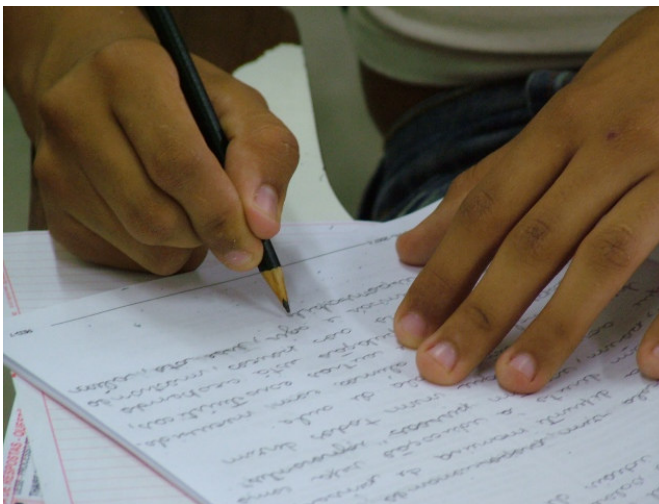
De acordo com informações divulgadas pelo Ministério da Educação no dia 9 de Fevereiro, estavam inscritos na prova, realizada a 20 de Janeiro, 952 imigrantes, mas apenas 597 compareceram ao exame, dos quais 511 (86 por cento) foram aprovados, ficando, assim, mais próximos da aquisição da nacionalidade portuguesa.

A prova, que visa apurar os conhecimentos em Língua

Portuguesa por parte de estrangeiros com mais de dez anos, é um dos requisitos necessários para a concessão da nacionalidade, por naturaliza-

ção, no âmbito da Lei da Nacionalidade, que entrou em vigor a 15 de Dezembro.

Entre os imigrantes que testaram conhecimentos, os da Europa de Leste, nomeadamente da Moldávia e da Ucrânia, foram os mais representativos, seguindo-se os oriundos de países de expressão portuguesa como a Guiné-Bissau, Cabo Verde,



Angola e Brasil.

Os testes, que se realizam de três em três meses, decorreram em 57 estabelecimentos de ensino em Portugal Continental e em três centros no estrangeiro, localizados no México, Espanha e Federação Russa. Para a próxima prova, que vai realizar-se a 3 de Março, estão já inscritos 1.780 imigrantes.

Projecto co-financiado por:

